



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

PAUTA DA 10ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**22/09/2015
TERÇA-FEIRA
às 14 horas**

**Presidente: Senadora Simone Tebet
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota**



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

**10ª REUNIÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 22/09/2015.**

10ª REUNIÃO

Terça-feira, às 14 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Discutir a violência contra mulheres policiais no Brasil.	10

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	RVM 21/2015 - Não Terminativo -		14
2	RVM 23/2015 - Não Terminativo -		17
3	RVM 25/2015 - Não Terminativo -		21
4	RVM 27/2015 - Não Terminativo -		25

5	RVM 28/2015 - Não Terminativo -		28
6	RVM 29/2015 - Não Terminativo -		30
7	RVM 30/2015 - Não Terminativo -		33

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota

(39 titulares e 38 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Simone Tebet(PMDB)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614	1 VAGO	
Rose de Freitas(PMDB)	ES (61) 3303-1156 e 1158	2 VAGO	
Sandra Braga(PMDB)	AM (61) 3303-6230/6227	3 VAGO	
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Angela Portela(PT)	RR (61) 3303-6103 / 6104 / 6105	1 Fátima Bezerra(PT)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Marta Suplicy(S/Partido)	SP (61) 3303-6510	2 Regina Sousa(PT)	PI (61) 3303-9049 e 9050
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
Lúcia Vânia(PSB)	GO (61) 3303-2035/2844	1 VAGO	
VAGO		2 VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	1 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Wellington Fagundes(PR)(19)	MT (61) 3303-6213 a 6219	1 Eduardo Amorim(PSC)(14)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
PP			
Ana Amélia	RS (61) 3303 6083	1 VAGO	
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB			
Conceição Sampaio(PP)	AM 3215-5515	1 Cristiane Brasil(PTB)	RJ 3215-5644
Dulce Miranda(PMDB)	TO 3215-5530	2 Josi Nunes(PMDB)	TO 3215-5950
Elcione Barbalho(PMDB)	PA 3215-5919	3 Raquel Muniz(PSC)	MG 3215-5444
VAGO(17)		4 Rosangela Gomes(PRB)	RJ 3215-5438
Jozi Araújo(PTB)	AP 3215-5309	5 Simone Morgado(PMDB)	PA 3215-5440
Júlia Marinho(PSC)	PA 3215-5707	6 Soraya Santos(PMDB)	RJ 3215-5352
VAGO		7 Delegado Edson Moreira(PTN)(7)	MG 3215-5933
Tia Eron(PRB)(11)	BA 3215-5618	8 Dâmina Pereira(PMN)(16)	MG 3215-5434
Ezequiel Teixeira(SD)(2)	RJ 3215-5210	9 VAGO	
Professora Dorinha Seabra Rezende(DEM)	TO 3215-5432	10 VAGO	
Christiane de Souza Yared(PTN)(7)	PR 3215-5201	11 VAGO	
Iracema Portella(PP)(8)	PI 3215-5924	12 VAGO	
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB			
Clarissa Garotinho(PR)	RJ 3215-5714	1 José Rocha(PR)	BA 3215-5908
VAGO(12)		2 VAGO(12)	
Erika Kokay(PT)(4)	DF 3215-5203	3 Benedita da Silva(PT)(15)	RJ 3215-5330
Luizianne Lins(PT)(4)	CE 3215-5713	4 Margarida Salomão(PT)(15)	MG 3215-5236
Moema Gramacho(PT)(4)	BA 3215-5576	5 Maria do Rosário(PT)(15)	RS 3215-5312
Rogério Rosso(PSD)(5)	DF 3215-5283	6 Beto Salame(PROPS)	PA 3215-5473
Alice Portugal(PCdoB)(6)	BA 3215-5420	7 VAGO	
Givaldo Carimbão(PROPS)	AL 3215-5732	8 VAGO	
PSDB, PSB, PPS, PV			
Bruna Furlan(PSDB)	SP 3215-5836	1 Eliziane Gama(PPS)(18)	MA 3215-5205
Carmen Zanotto(PPS)	SC 3215-5240	2 VAGO	
Janete Capiberibe(PSB)	AP 3215-5209	3 VAGO	
Keiko Ota(PSB)	SP 3215-5523	4 VAGO	
Keiko Ota(PSB)	SP 3215-5523	5 VAGO	
VAGO(13)		6 VAGO	
Mariana Carvalho(PSDB)(10)	RO 3215-5508		
PDT			
Flávia Moraes(9)	GO 3215-5738	1 Rosângela Curado(20)	MA 3215-5405
PSOL			
Jean Wyllys	RJ 3215-5646	1 VAGO	

(1) Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

(2) Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.

- (3) Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
- (4) Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
- (5) Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
- (6) Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
- (7) Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- (8) Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- (9) Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
- (10) Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
- (11) A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- (12) Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
- (13) A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
- (14) Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- (15) Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
- (16) Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- (17) A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
- (18) Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
- (19) Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
- (20) Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): GIGLIOLA ANSILIERO
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3504
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cocm@senado.leg.br



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 22 de setembro de 2015
(terça-feira)
às 14h**

PAUTA
10ª Reunião

**COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM**

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota
RELATOR: Deputada Luizianne Lins

1ª PARTE	Audiência Pública
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

Inclusão de convidado.

1ª PARTE**Audiência Pública****Assunto / Finalidade:**

Discutir a violência contra mulheres policiais no Brasil.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RVM 10/2015](#), Deputada Keiko Ota
- [RVM 14/2015](#), Deputada Keiko Ota

Convidados:**Eleonora Menicucci**

- Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência

Humberto de Azevedo Vianna Filho

- Presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Katya Flávia de Caixeta Queiroz

- Soldada da Polícia Militar

Marcela Fonseca Oliveira

- Soldada da Polícia Militar

Pedro da Silva Cavalcanti

- Presidente da Diretoria Executiva da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais

Regina Miki

- Secretária Nacional de Segurança Pública/MJ

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 21, de 2015**

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher na Assembléia Legislativa da Bahia, destinada a debateras situações de violência contra a mulher no Estado da Bahia.

Autoria: Deputada Alice Portugal

Textos da pauta:[Texto inicial \(CMCVM\)](#)**ITEM 2****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 23, de 2015**

Requer a aprovação de Moção de Apoio à vereadora Virginia Magrini (PP/MS), vítima de violência de gênero, praticada por outro vereador, durante uma sessão solene na Câmara Municipal de Dourados (MS), no último dia 8 de julho; e a designação de membros desta Comissão para participar de audiência pública naquela Casa Legislativa, de autoria da supracitada vereadora, para discutir sobre o tema “A Violência contra a Mulher” a realizar-se no próximo dia 20 de agosto.

Autoria: Deputada Erika Kokay

Textos da pauta:[Texto inicial \(CMCVM\)](#)**ITEM 3****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 25, de 2015**

Requer a realização de Audiência Pública para debater experiências importantes na efetivação de medidas protetivas, utilizadas com o objetivo de reduzir os altos índices de violência contra a mulher, a exemplo do "Botão do Pânico, Tornozelo Eletrônica e Casas- Abrigo”.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

Textos da pauta:[Texto inicial \(CMCVM\)](#)**ITEM 4****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 27, de 2015**

Requer que a senhora Camila Silva Nicácio, Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da UFMG e Professora do Departamento de Direito do trabalho e Introdução ao Direito, seja convidada para participar de Audiência Pública para debater o PL 5.555/2013, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Autoria: Deputada Tia Eron

Textos da pauta:[Texto inicial \(CMCVM\)](#)**ITEM 5****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 28, de 2015**

Requer, que a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher designe comissão entre seus membros para realizar diligência in loco, na cidade de Caxias do Sul- RS, com a finalidade de apurar os casos de violência contra a mulher em Caxias do Sul.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Textos da pauta:[Texto inicial](#) (CMCVM)**ITEM 6****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 29, de 2015**

Requer Audiência para debater a situação da Violência sexual contra as Mulheres nas Universidades do País.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Textos da pauta:[Texto inicial](#) (CMCVM)**ITEM 7****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 30, de 2015**

Requer Audiência para debater a situação da Violência Contra a Mulher no Campo e na Floresta e em especial a morte de mais uma trabalhadora rural no Amazonas.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Textos da pauta:[Texto inicial](#) (CMCVM)

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

1



COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

REQUERIMIENTO Nº 10, DE 2015

(Dep. Keiko Ota)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir violência contra mulheres policiais no Brasil.

Requeiro com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 24, inc. III e 255, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada reunião de Audiência Pública para discutir a violência contra mulheres policiais no Brasil, através da pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da Fundação Getúlio Vargas, inédita onde diz que 40% das policiais já sofreram assédio sexual ou moral no Brasil.

Para que o tema possa ser discutido com profundidade convidamos a Sra. Eleonora Menicucci, Ministra Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as soldadas da Polícia Militar Sras. Katya Flávia de Caixeta de Queiroz, e Marcela Fonseca Oliveira, vítimas de violência de assédio moral e sexual.

JUSTIFICAÇÃO

O trabalho delas é proteger as pessoas! Mas muitas vezes, são elas que precisam de proteção!

Sra. Presidenta estamos diante de uma denúncia muito graves de violência contra as mulheres brasileiras que não podemos nos silenciar. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública apresentou uma pesquisa com dados sombrios, onde 40% das nossas policias já sofreram assédio sexual ou moral dentro de suas próprias corporações, sendo a maior parte das vezes quem assedia é um superior.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

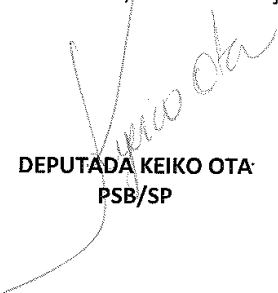
A pesquisa foi feita com mulheres das guardas municipais, perícia criminal, Corpo de Bombeiros e das Policiais Civil, Militar e Federal, e o pior somente 18% das mulheres denunciam que sofreram abuso.

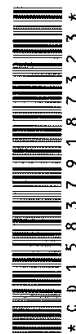
As mulheres reclamam que não existe um setor específico para receber relatos de abusos sexuais e morais. Ao todo 48% das policiais afirmam que não sabem exatamente como denunciar, e 68% das que registraram queixas não ficaram satisfeitas com o desfecho do caso. Elas não têm onde recorrer. Hoje todas as mulheres vítimas de violência recorrem à polícia, a policial está dentro da polícia sofrendo assédio, vai para onde?

Pior ainda, tem denuncia de que Estados brasileiros a própria polícia abafa os casos de assédio, culpam as mulheres, e não culpam os causadores do assédio. Portanto temos que tomar muito cuidado, porque as próprias policiais têm sido vítimas de um crime, e que precisa ser investigado, precisa ser explicitado afirma o pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima.

A vista desses aspectos e dada à relevância da matéria, solicito o apoio dos nobres pares desta Comissão para aprovação do requerimento.

Sala das Sessões, de março de 2015.


DEPUTADA KEIKO OTA
PSB/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Keiko Ota - PSB/SP

**COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER**

**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2015
(Da Sra. Keiko Ota)**

*Requer que seja incluído a FENAPRF -
Federação Nacional da Polícia Rodoviária
Federal para participar da Audiência
Pública aprovada na reunião ordinária do
dia 28/04/15, conforme requerimento nº
10/15.*

Senhora Presidente,

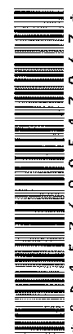
Nos termos regimentais, requiero a Vossa Excelência, que seja incluído a FENAPRF – Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal para participar da Audiência Pública (Requerimento nº 10/15 aprovado nesta comissão em 28/04/15, de minha autoria), na qual será debatida a violência contra mulheres policiais no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão da referida Federação, baseia-se no fato de casos de assédios ocorridos também na Polícia Rodoviária Federal, onde certamente contribuirá muito para o debate do tema em questão.

Sala das Sessões, _____ de maio de 2015.

DEPUTADA KEIKO OTA
PSB/SP



2ª PARTE - DELIBERATIVA

1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº 21 , DE 2015.

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher na Assembléia Legislativa da Bahia destinada a debater as situações de violência contra a mulher no Estado da Bahia.

Senhora Presidente,

Nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública dessa Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, a ser realizada na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, para debater as políticas públicas de combate à violência contra a mulher naquele estado.

JUSTIFICAÇÃO

A violência contra a mulher na Bahia vem crescendo constantemente e chega a superar a média nacional. De acordo com os dados do Mapa da Violência 2012, enquanto a média de todo país é de 4,6 assassinato a cada 100 mil mulheres, na Bahia a taxa é de 6,1, ocupando o sexto lugar entre os estados brasileiros.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

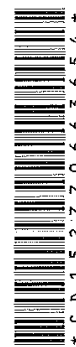
Entre as cidades brasileiras mais violentas, quatro delas estão na Bahia. É o caso de Porto Seguro, que está em terceiro lugar com maior índice de homicídios de mulheres com uma taxa de 22,1. Na quarta posição está outra cidade baiana, Simões Filho, com taxa de 21,4. As outras cidades baianas entre as 10 são Lauro de Freitas com 20,2 e Teixeira de Freitas com 18,5.

Em Salvador as estatísticas não são diferentes e chega até ser pior quando levado em consideração os números da capitais do país. Com uma taxa de 8,3, a capital baiana ocupa a quinta colocada em número de homicídios femininos. A média nacional das capitais é de 5,4.

Assim, visando contribuir para a construção de políticas públicas de combate à violência contra a mulher, torna-se necessário a realização da Audiência Pública da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher em Salvador, na Assembléia Legislativa da Bahia.

Sala da Comissão, em de julho de 2015.


Alice Portugal
Deputada Federal



2ª PARTE - DELIBERATIVA

2

**COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER**

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2015
(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a aprovação de Moção de Apoio à vereadora Virginia Magrini (PP/MS), vítima de violência de gênero, praticada por outro vereador, durante uma sessão solene na Câmara Municipal de Dourados (MS), no último dia 8 de julho; e a designação de membros desta Comissão para participar de audiência pública naquela Casa Legislativa, de autoria da supracitada vereadora, para discutir sobre o tema “A Violência contra a Mulher” a realizar-se no próximo dia 20 de agosto.

Senhora Presidenta,

Com amparo nas disposições regimentais pertinentes, requiero a aprovação de Moção de Apoio à vereadora Virginia Magrini (PP-MS), que, segundo informações recebidas em nosso Gabinete, foi vítima de assédio, praticado por outro vereador daquela Casa, durante sessão solene na Câmara Municipal de Dourados (MS), no dia 8 de julho de 2015; e a designação de membros desta Comissão para participar de audiência pública no dia 20 de agosto do corrente, às 19 horas, de autoria da supracitada vereadora, para discutir sobre o tema “A violência contra Mulher”, a realizar-se na referida Casa Legislativa.

Em nome das Parlamentares do Congresso Nacional, vimos expressar o nosso mais veemente repúdio à agressão sexista de que foi vítima

a vereadora Virginia Magrini (PP/MS), e, ao mesmo tempo, prestar-lhe o nosso integral apoio diante da violência de gênero sofrida no momento da já mencionada sessão solene. O ocorrido na Câmara Municipal de Dourados é uma evidente demonstração de que a violência física e simbólica desferida contra a mulher todos os dias neste país não está restrita apenas a determinados espaços sociais, mas ocorre rotineiramente no ambiente de trabalho e em outros locais públicos ou privados, inclusive no Parlamento. Aqueles que a agredem não medem esforços para coisificá-la, subjugar-la, tratando-a como mero objeto. A ação mais torpe, todavia, é o processo de naturalização de um fenômeno que mata.

As várias formas de violência contra a mulher não se produzem isoladamente, mas fazem parte de uma sequência crescente de episódios, dos quais o homicídio é a manifestação mais extrema, como explicita a Lei Maria da Penha.

Eleita em 2012 para o seu primeiro mandato, a vereadora Virginia Magrini passou recentemente por mais uma situação de violência de gênero, que, para muitos, dotados de uma mentalidade machista e preconceituosa, soa comum e até mesmo normal. Frente ao caso, o presidente da Câmara Municipal de Dourados, Idenor Machado, segundo informações, mesmo instado pela vereadora, se omitiu e não tomou qualquer providência, alegando posteriormente não haver entendido o seu pedido.

Essa visão e comportamentos semelhantes contribuem para que a violência física ou sexual já tenha atingido uma em cada três mulheres no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Banco Mundial estima que, em termos médios, um em cada cinco dias de absentismo do trabalho feminino, decorre da violência.

Embora essas violações sejam comuns ao cotidiano de milhares de mulheres, muitas vezes elas se tornam invisíveis, o que torna o problema mais complexo, que não se resolverá de forma simplista. Encontrar soluções, representa um enorme desafio para toda a sociedade. É um problema de toda a sociedade e não apenas das mulheres e não distingue cor, classe social nem raça: é maléfica, absurda e injustificável!

A atitude do vereador, que consta da denúncia, reforça a necessidade de fazermos o permanente enfrentamento a esse tipo de abuso e a todas as formas de violências perpetradas contra a mulher, venham de onde vier. É uma ofensa tamanha não apenas à parlamentar, mas a todas as mulheres e ao Poder Legislativo de Dourados, pois é mais um exemplo real de como é vista a figura feminina: a partir da ótica machista e preconceituosa, tida e havida como objeto, sendo-lhe negado o exercício de sua própria humanidade.

Por isso, Senhora Presidenta, é muito importante a aprovação da

presente Moção de Apoio à vereadora Virgínia Magrini e a designação de membros dessa Comissão para participar da referida audiência pública na Câmara Municipal de Dourados, proposta pela vereadora, uma vez que a mesma, segundo denuncia, vem sendo perseguida em todos os atos que tenta praticar, inclusive enfrentando grandes dificuldades em aprovar a referida audiência pública, com constantes indeferimentos pelo procurador jurídico da Câmara, Sérgio Henrique Pereira Martins, acatados pelo presidente da Câmara.

Além de ser uma oportunidade de discutir os motivos que levam à violência contra a mulher, buscando dar visibilidade ao tema e, pedagogicamente, oportunizar aos vereadores e à sociedade a revisão de seus conceitos, afim de destinar às mulheres um tratamento respeitoso e digno.

Sala da Comissão, em _____ de agosto de 2015.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER****REQUERIMENTO Nº _____, DE 2015
(Da Sra. Carmen Zanotto)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater experiências importantes na efetivação de medidas protetivas, utilizadas com o objetivo de reduzir os altos índices de violência contra a mulher, a exemplo do "Botão do Pânico, Tornozeleira Eletrônica e Casas- Abrigo".

.

Senhora Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada reunião de Audiência Pública para debater experiências importantes na efetivação de medidas protetivas, utilizadas com o objetivo de reduzir os altos índices de violência contra a mulher, a exemplo do "Botão do Pânico, Tornozeleira Eletrônica e Casas- Abrigo".

Para que o tema possa ser discutido com a necessária fundamentação, convidamos:

- Ministra Eleonora Menicucci da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR);
- Sr. Luciano Rezende, Prefeito da cidade de Vitória (ES), uma vez que o dispositivo faz parte de um projeto piloto lançado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES) em parceria com a Prefeitura de Vitória (ES);



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Pesquisa do DataSenado sobre violência contra a mulher constatou que, por todo o país, 99% das mulheres já ouviram falar na Lei, e isso vale para todos os estratos sociais. Mulheres de todas idades, níveis de renda e escolaridade, credo ou raça sabem da existência da Lei criada para coibir a violência doméstica e familiar.

Apesar disso, a pesquisa estima que mais de 13 milhões e 500 mil mulheres já sofreram algum tipo de agressão (19% da população feminina com 16 anos ou mais). Destas, 31% ainda convivem com o agressor. E pior: das que convivem com o agressor, 14% ainda sofrem algum tipo de violência. Este resultado, expandido para a população brasileira¹, implica em dizer que 700 mil brasileiras continuam sendo alvo de agressões.

[http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-PesquisaViolencia Domestica contra a Mulher 2013.pdf](http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-PesquisaViolenciaDomesticacontraaMulher2013.pdf)

O Espírito Santo lidera o ranking dos estados com maiores índices de violência contra a mulher. Desde 2013, mulheres na cidade de Vitória (ES) que se sentem ameaçadas por ex-maridos, namorados ou companheiros contam com um mecanismo importante de proteção: o Botão do Pânico.

O dispositivo faz parte de um projeto piloto lançado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES) em parceria com a Prefeitura. O objetivo é reduzir os altos índices de violência doméstica registrados na capital. A criação e implantação do Botão do Pânico na cidade de Vitória levou o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) a conquistar o 10º Prêmio



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Innovare 2013, na categoria Tribunal. O Innovare é uma das premiações mais respeitadas da Justiça brasileira.

Outros importantes dispositivo que estão dando resultado é a tornozeleira eletrônica e as casas abrigo. Dessa forma se faz necessário avaliarmos e debatermos as experiências importantes na efetivação de medidas protetivas, utilizadas com o objetivo de reduzir os altos índices de violência contra a mulher, a exemplo do "Botão do Pânico, Tornozeleira Eletrônica e Casas- Abrigo".

Sala de Reuniões, de de 2015.

Deputada Carmen Zanotto
PPS/SC

2ª PARTE - DELIBERATIVA

4

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

REQUERIMENTO Nº , DE 2015. (Da Senhora Deputada Tia Eron)

Requer ao plenário o convite da seguinte autoridade a fim de que compareça a esta Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, onde discorrerão sobre o PL 5.555/2013, a senhora Camila Silva Nicácio, Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da UFMG, Professora do Departamento de Direito do trabalho e Introdução ao Direito.

Senhora Presidente,

É cediço que os meios de comunicação hodiernamente disseminaram-se espantosamente. De modo que uma informação publicada no recanto mais longínquo pode, em poucos instantes, propagar-se por todo o planeta. O que é um grande avanço tecnológico e de desenvolvimento pode tomar proporções igualmente danosas quando se trata do cometimento de crimes por meio tecnológicos, notadamente da internet e suas mídias ou redes sociais.

É justamente este o objeto do qual trata o PL nº 5.555/2013 que cria mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação.

Por mais que tenhamos elogios à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha – que representa um importante e indispensável marco nas políticas públicas de combate à violência física, psicológica, sexual e moral contra as mulheres em ambiente familiar. Tal norma, como todas as demais, precisam ser atualizadas para acompanhar os avanços e mudanças da sociedade.

Assim, é bem oportuna a proposição e nada mais adequado do que poder contar com a expertise de profissionais que militam diariamente nesta seara, de defesa dos direitos da mulher.

Portanto, temos a justa causa para ouvir o que pensa a senhora Camila Silva Nicácio, Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da UFMG, Professora do Departamento de Direito do trabalho e Introdução ao Direito.

Pelo exposto, requesto a Vossa Excelência que seja convidado, a fim de que comparecer a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde discorrerá sobre o PL 5.555/2013,

Sala das Sessões, em de agosto de 2015.

Deputada TIA ERON
PRB/BA

2ª PARTE - DELIBERATIVA

5



SENADO FEDERAL

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

REQUERIMENTO Nº , DE 2015.
(Da Sra. Luizianne Lins)

Requer, que essa comissão designe entre seus membros para realizar diligência in loco, na cidade de Caxias do Sul- RS com a finalidade de apurar os casos de violência contra a mulher em Caxias do Sul.

Senhora Presidente, Requerimento no de 2015 (da Sra. Luizianne Lins- PT-Ce) Requer, que esta comissão designe comissão entre seus membros para realizar diligência in loco, na cidade de Caxias do Sul - RS com a finalidade de apurar os casos de violência contra a mulher em Caxias do Sul.

JUSTIFICAÇÃO

De março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, a Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de **Caxias do Sul** registrou 5.782 ocorrências. O número segue a média dos últimos anos. Em 2009, por exemplo, foram 5.869. Em 2014, 4.550 a maioria das denúncias são de vítimas de lesão, ameaça e injúria. Não há um levantamento de casos específicos de violência doméstica, mas a estimativa é que a maioria seja de mulheres que sofrem violência praticada pelos parceiros.

Neste período, até janeiro deste ano, foram abertos 2.180 inquéritos por **Lei Maria da Penha** e 752 medidas protetivas foram encaminhadas pela DEAM. O número é assustador. Segundo a estimativa é que apenas 10% das mulheres vítimas de violência denuncie seus agressores. Os outros 90% não aparecem em dados oficiais. Ou seja, há aquelas que sofrem em silêncio.

Notícias publicadas por diversos órgãos de imprensa denunciam o último caso de violência contra a mulher na cidade de Caxias do Sul que nos causa indignação e nos apresenta nesse caso mais um exemplo do ciclo da violência contra a mulher.

O presente requerimento tem a finalidade de constituir diligência dessa comissão para apurar in loco o andamento das investigações, bem como de possíveis punições.

Sala da Comissão, em de 2015.

Luizianne Lins
Deputada Federal PT/CE
Relatora

2ª PARTE - DELIBERATIVA

6



SENADO FEDERAL

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015.
(Da Sra. Luizianne Lins)**

Requer Audiência para debater a situação da Violência sexual contra as Mulheres nas Universidades do País.

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública dessa Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, a ser realizada na comissão **para debater a situação da Violência sexual contra as Mulheres nas Universidades Brasileiras.**

JUSTIFICAÇÃO

As instituições de ensino superior são espaços privilegiados de conhecimento e historicamente foram criadas para difundir o conhecimento e os valores humanísticos. As universidades como espaço privilegiado de conhecimentos, vêm também infelizmente, sendo espaços de muitas violências. Os casos de violência sexual nas Universidades sempre aconteceram de forma velada, mas ultimamente percebemos que a cada dia vem aumentando e sabemos que as estatísticas sobre agressões sexuais em universidades brasileiras não existe, mas os casos se repetem por todo o país: Acre, Bahia, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo. Agressões cometidas pelos próprios estudantes e por pessoas de fora da universidade, que entram nos campus por falta de segurança. Entendemos que universidade é responsável também. E ela tem que pensar estratégias de combate para todo tipo de violência.

Segundo dados encaminhados pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, estima-se que, a cada 12 segundos, uma mulher é estuprada no Brasil. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que em cinco anos os registros de estupro no Brasil aumentaram em 168%: as ocorrências subiram de 15.351 em 2005 para 41.294 em 2010. Segundo o Ministério da Saúde, de 2009 a

2012, os estupros notificados cresceram 157%; e somente entre janeiro e junho de 2012, ao menos 5.312 pessoas sofreram algum tipo de violência sexual.

Compreendemos que essa situação é algo que violenta os direitos humanos das mulheres, e nesse sentido gostaríamos de aprofundar o debate para que juntas nessa comissão possamos elaborar propostas importantes e estratégicas no sentido de enfrentarmos essa grave problemática da violência sexual com as mulheres nas Universidades.

Considerando a urgência do tema e sem prejuízo de outros/as convidados/as a serem indicados/as pelos membros/as dessa comissão, sugerimos convidar as seguintes representantes:

- **Ministra Eleonora Menicucc** - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres;
- **Renato Janine Ribeiro**- Ministério da Educação
- Secretaria Nacional de Direitos Humanos
- Universidade Livre Feminista
- Ministério Público Federal
- Marcha Mundial das Mulheres
- Conselho Nacional de Políticas para as mulheres

Sala da Comissão, em de 2015.

Luizianne Lins
Deputada Federal PT/CE
Relatora

2ª PARTE - DELIBERATIVA

7

Câmara dos Deputados**Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015.
(Da Sra. Luizianne Lins)**

Requer Audiência para debater a situação da Violência Contra a Mulher no Campo e na Floresta e em especial a morte de mais uma trabalhadora rural no Amazonas.

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública dessa Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, a ser realizada na sala das comissões para debater a situação da Violência Contra a Mulher no Campo em especial o caso da morte de mais uma trabalhadora rural no Amazonas.

JUSTIFICAÇÃO

O acesso à terra é um dos recursos que viabilizam a produção das mulheres no campo e na floresta, sendo, para muitas mulheres, uma condição básica para a conquista, o fortalecimento e a consolidação da sua autonomia econômica. Esse é um histórico objeto de uma luta que sempre contou com a ampla participação das mulheres do campo e da floresta e se tornou casos de muitas violências em relação às mulheres no campo.

O falecimento da grande ativista Maria das Dores dos Santos Salvador (Dora), como era conhecida, trabalhadora rural, líder comunitária e presidenta da Associação de Moradores da Comunidade da Portelinha, zona rural do Município de Iranduba/AM, com 53 anos, foi retirada a força de casa na noite de quarta-feira (12) por um grupo de cinco homens armados.

Na manhã desta quinta-feira (13), o corpo dela foi encontrado com 12 tiros no km 52 da Rodovia AM-070, que liga as cidades Iranduba e Manacapuru. Vale ressaltar, que Dora já havia registrado 20 boletins de ocorrência na delegacia de Iranduba, na Secretaria de Estado de Segurança e na Assembleia Legislativa do Amazonas, dando

conta que estava sendo ameaçada de morte em virtudes de sua luta por terra e moradia e denúncias de grilagem de terra na região onde morava. Emblemático, pois Dora perde sua vida, na mesma semana em que cem mil Margaridas saem às ruas de Brasília em Marcha por mais direitos, segurança, justiça e igualdade, semelhante ao caso que vitimou a saudosa Margarida Maria Alves e que deu origem a Marcha das Margaridas.

Considerando a urgência do tema e sem prejuízo de outros/as convidados/as a serem indicados/as pelos membros/as dessa comissão, sugerimos convidar as seguintes representantes:

(Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG;

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/FETRAF,

Movimentos Articulado de Mulheres da Amazônia/MAMA,

Marcha Mundial de Mulheres/MMM;

Movimento das Mulheres Camponesas/MMC,

Confederação Nacional dos Seringueiros/CNS)

Secretaria de Políticas para as Mulheres;

Ministério do Desenvolvimento Agrário;

Ministério da Justiça;

Secretaria de Direitos Humanos;

Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres do Campo e da Floresta.

Sala da Comissão, em de 2015.

Luizianne Lins
Deputada Federal PT/CE
Relatora